

RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PGM DE VITÓRIA/ES

FOLHA DE RESPOSTAS

Nome completo (legível): _____

Nº de inscrição (legível): _____ Nota: _____

Instruções aos candidatos (leitura imprescindível)

- 1-Não esqueça de preencher o campo anterior (com nome e número de inscrição), porque as provas sem identificação não serão corrigidas nem consideradas;
- 2-O tempo de prova será de 02 (duas) horas, ou seja, irá das 14:00 às 16:00 horas;
- 3-O gabarito abaixo deverá ser preenchido com caneta azul ou preta, sem rasura;
- 4-Para cada questão existe 1 (uma) única alternativa a ser marcada;
- 5-Não serão computadas questões não respondidas, tampouco questões que contenham mais de uma resposta assinalada (mesmo que uma delas esteja correta);
- 6- Caso o candidato resolva ir embora antes das 16:00 horas, deverá entregar a presente folha de respostas e também o caderno de questões anexo (item 5.1.5 do Edital);
- 7- Após a proclamação do encerramento do tempo regulamentar (16:00 horas), será possível levar o caderno de questões, mediante o destaque, apenas, da presente folha de respostas, a qual deverá entregue ao fiscal de prova;
- 8-Finalmente, desejamos a você uma excelente prova.

CARTÃO DE RESPOSTAS

QUESTÃO	A	B	C	D	E
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

PROVA OBJETIVA - CADERNO DE QUESTÕES

1-(TRF 4-2022 - Juiz Federal Adaptada) A respeito das formas de intervenção do Estado na propriedade, a instalação de redes de energia elétrica é exemplo de:

- a) requisição administrativa;
- b) desapropriação indireta;
- c) tombamento;
- d) servidão administrativa;
- e) ocupação temporária.

2-(PGM Vix-2023) Sabendo-se que o município de Três Lagoas, sem a edição de qualquer lei ou decreto, destinara à implementação de via pública um terreno de propriedade de particular, o qual, à luz da legislação, pode ser categorizado como área de preservação permanente (APP), é **correto** dizer que:

- a) ocorrerá uma desapropriação por utilidade pública;
- b) ocorrerá uma desapropriação por interesse social;
- c) por se tratar de APP, era bem público e, como tal, não poderia ser desapropriado;
- d) na hipótese ocorreu a desapropriação indireta;
- e) uma vez transcorrido o prazo de 5 (cinco) anos, ocorrerá a usucapião pelo ente público.

3-(PGM Vix-2023) Valendo-se da nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), o Município de Vitória realizara um procedimento de credenciamento, convocando, por meio de um chamamento público, interessados em prestar determinados serviços. Em se tratando de caso de objeto que deva ser contratado por meio de credenciamento, a licitação é:

- a) obrigatória, na modalidade pregão;
- b) dispensável, por expressa previsão legal;
- c) obrigatória, na modalidade diálogo competitivo;
- d) inexigível, por expressa previsão legal;
- e) obrigatória, na modalidade leilão.

4-(TRF4-2022 Juiz Federal) Assinale a alternativa **correta**:

- a) cargos, empregos e funções públicas não são acessíveis aos estrangeiros;
- b) a investidura em cargo, emprego ou função pública depende de aprovação prévia em concurso público;
- c) é vedado aos servidores públicos exercer qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;
- d) o exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos aqueles servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública;
- e) os servidores públicos adquirem estabilidade após dois anos de efetivo exercício da função.

5-(PGMvix 2023) No dia 28/06/2023, servidores públicos municipais da área de enfermagem deflagraram uma greve totalmente ilegal, a qual paralisara vários serviços de atenção primária prestados pelas unidades de saúde da capital. Caso seja consultada sobre as alternativas jurídicas de que a Administração Municipal poderá lançar mão para se contrapor ao movimento paredista, a Procuradoria-Geral poderá opinar, com acerto, pelo:

- a) ajuizamento de ação declaratória de ilegalidade de greve no órgão jurisdicional trabalhista de primeira instância;
- b) ajuizamento de ação declaratória de ilegalidade de greve no órgão jurisdicional trabalhista de segunda instância (TRT da 17ª Região);
- c) ajuizamento de ação declaratória de ilegalidade de greve no órgão jurisdicional de primeira instância da Justiça Comum Estadual;
- d) ajuizamento de ação declaratória de ilegalidade de greve no órgão jurisdicional de segunda instância da Justiça Comum Estadual (TJES);
- e) corte imediato do ponto (independentemente de ajuizamento de demanda judicial), haja vista ser vedada, mesmo que exista acordo, a compensação de jornada.

6-(Fundatec - Procurador Municipal - Pref. Vacaria-RS 2021 Adaptada) O controle difuso da constitucionalidade de leis e atos normativos exercido pelo Poder Judiciário:

- a) produz decisão judicial com efeito declaratório, portanto, *ex nunc*;
- b) impõe ao senado federal a vinculação à decisão proferida pelo supremo tribunal federal, devendo este suspender a decisão do ato considerado inconstitucional em todo o território nacional;
- c) produz decisão que não fica sujeita a qualquer modulação de efeitos, semelhante ao que ocorre no controle concentrado de constitucionalidade;
- d) também é chamado de controle concreto ou incidental;
- e) produz decisão com efeito *erga omnes*, portanto, de forma diversa do que se verifica no controle concentrado, no qual o efeito da decisão é inter partes.

7-(Vunesp - Procurador Municipal - Pref. Bertiooga - SP/2021 Adaptada)

Assinale a alternativa que contempla hipótese de instrumento de controle concentrado de constitucionalidade de atos normativos municipais em face da Constituição Federal, perante o Poder Judiciário, admitido no direito pátrio:

- a) ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado;
- b) ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal;
- c) ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal;
- d) arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Tribunal de Justiça;
- e) arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Supremo Tribunal Federal.

8-(CEBRASPE-DPE/TO 2021- Adaptada) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e com os dispositivos da Constituição Federal de 1988, a edição de ato normativo por município para remover a utilização do termo "orientação sexual" no âmbito das instituições da rede municipal de ensino configura ato que:

- a) está inserido no rol de competências do município.
- b) invade a competência do estado para dispor sobre o tema.
- c) efetiva o princípio da isonomia.
- d) invade a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.
- e) preserva o pluralismo de ideias no ensino.

9-(TRF4-2022 Juiz Federal -Adaptada) A respeito dos bens públicos, assinale a alternativa correta:

- a) as ruas, praças e as estradas são bens de uso especial;
- b) são características dos bens públicos a imprescritibilidade, a inalienabilidade e a penhorabilidade;
- c) os bens de uso especial submetem-se a regime próprio, de direito privado;
- d) os bens dominicais podem ser alienados, observadas as exigências legais;
- e) os terrenos de marinha pertencem à União e são considerados bens públicos de uso comum.

10-(FCC - Procurador Municipal - Pref. Teresina - PI 2022) Compete ao Município:

- a) legislar sobre regime de portos e navegação lacustre;
- b) instituir, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;
- c) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado;
- d) fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial;
- e) legislar sobre imposto sobre serviços de qualquer natureza e transmissão *causa mortis*.

11-(FGV - XXI Exame de Ordem Unificado - Adaptada) Lucas foi citado para apresentar defesa em ação de indenização por danos materiais, em razão da acidente de veículo. Contudo, o proprietário e condutor do veículo que causou o acidente era Cláudio, seu primo, com quem Lucas havia pego uma carona. Lucas, em contestação, deverá:

- a) alegar, de plano, sua ilegitimidade ativa;
- b) requerer que Cláudio seja admitido na condição de assistente litisconsorcial;
- c) denunciar Cláudio à lide;
- d) requerer o chamamento de Cláudio ao processo;
- e) requerer a alteração do sujeito passivo, indicando Cláudio como réu.

12- (CEBRASPE-DPE/TO 2021 - Adaptada) Considere que tenha sido ajuizada, em tribunal de justiça local, uma ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo editado por município, tendo como parâmetro de controle dispositivo da Constituição Federal de 1988 (CF). Nesse caso, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), o controle abstrato de constitucionalidade:

- a) deve ser exercido originariamente pelo STF, considerando-se que o parâmetro de controle são normas inseridas na CF.
- b) não é cabível, pois o ato normativo municipal deve ser questionado no âmbito do controle difuso.
- c) pode ser exercido originariamente pelo STF, desde que se trate de norma de reprodução obrigatória.
- d) não deve ser admitido pelo tribunal de justiça, ainda que se trate de norma de reprodução obrigatória na Constituição estadual.
- e) pode ser exercido pelo tribunal de justiça, caso o parâmetro de controle invocado na ação seja norma de reprodução obrigatória na Constituição estadual.

13- (CEBRASPE-DPE/TO 2021 - Adaptada) Na hipótese do proprietário de um lote vago, ainda que murado, não efetuar a manutenção desse imóvel urbano,

- a) não sucederá qualquer evento que atente contra a propriedade ou a posse do imóvel, pois cabe ao proprietário conservá-lo conforme sua conveniência e possibilidade, por se tratar de bem privado.
- b) evidencia-se conflito de interesse entre o direito de propriedade sobre o lote e o direito de intervenção do poder público quanto à preservação da higiene e da sanidade do município.
- c) configura-se como legítimo o exercício do direito do proprietário sobre o imóvel, pois foi respeitada a função social da propriedade urbana.
- d) configura-se abusiva eventual intervenção do poder público ao exercício do direito de propriedade no caso de imposição de multa administrativa.
- e) há necessidade de intervenção do poder público com vistas à adequação do referido imóvel no que concerne ao cumprimento legítimo de seus fins sanitários, urbanísticos e ambientais.

14-Sabendo-se que o Município de Vitória acabara de ser intimado de uma sentença desfavorável oriunda do Juizado Especial da Fazenda Pública, regido pela Lei nº 12.153/2009, é possível afirmar que:

- a) o meio impugnativo cabível (recurso de apelação) deverá ser interposto em 10 dias corridos;
- b) o meio impugnativo cabível (recurso inominado) deverá ser interposto em 10 dias corridos;
- c) o meio impugnativo cabível (recurso inominado) deverá ser manejado em 20 dias corridos, em razão do prazo em dobro da Fazenda Pública;
- d) o meio impugnativo cabível (recurso inominado) deverá ser interposto em 20 dias úteis, em razão do prazo em dobro da Fazenda Pública;
- e) o meio impugnativo cabível (recurso inominado) deverá ser manejado em 10 dias úteis.

15-(PGMVix 2023) Sobre a base normativa do Direito Tributário é correto afirmar que:

- a) a expressão "legislação tributária", empregada pelo CTN, compreende apenas as leis, tratados e as convenções internacionais;
- b) os decretos apenas poderão versar sobre obrigações tributárias acessórias;
- c) em casos excepcionais o Decreto Presidencial poderá alterar as alíquotas do imposto de renda;
- d) embora os decretos tenham natureza infralegal, em matéria tributária eles poderão versar sobre os mesmos assuntos reservados à lei;
- e) a atualização do valor monetário do tributo pode ocorrer por decreto, desde que respeitado o índice oficial de correção.

16- A respeito dos princípios e das limitações ao poder de tributar, assinale a opção correta:

- a) admite-se em qualquer hipótese o uso da Medida Provisória em matéria tributária para instituir ou majorar os tributos previstos na Constituição Federal;
- b) em razão do princípio da imunidade recíproca, é vedado à União, aos Estados, ao DF e aos municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros, inclusive quando houver contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário;
- c) é vedada, em razão da aplicação do princípio da anterioridade, a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
- d) em que pese o princípio da legalidade, a Constituição Federal admite que alguns tributos possam ser instituídos através de ato do Poder Executivo;
- e) o princípio da vedação do confisco é extensível às multas, apesar de estas terem natureza jurídica diversa dos tributos.

17-São tributos submetidos à reserva de lei complementar quanto à sua instituição, exceto:

- a) empréstimos compulsórios (art. 148 da CF);
- b) imposto sobre grandes fortunas (art. 153, VII, da CF);
- c) impostos residuais (art. 154, I, da CF);
- d) novas fontes de custeio da seguridade (art. 195, § 4º, da CF);
- e) contribuição de melhoria.

18-(PGMVix 2023) São Gerências da Procuradoria-Geral do Município de Vitória, exceto:

- a) Gerência Tributária e Fiscal (GTF);
- b) Gerência de Agentes Públicos (GAP);
- c) Gerência de Licitações e Contratos (GLC);
- d) Gerência Urbanística (GU);
- e) Gerência de Políticas de Saúde (GPS).

19-(FGV - XXII Exame de Ordem Unificado - Adaptada) O Município "X" instituiu taxa a ser cobrada, exclusivamente, sobre o serviço de coleta, remoção e tratamento de lixo e resíduos provenientes de imóveis. A igreja "ABC", com sede no município "X", foi notificada da cobrança da referida taxa. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta:

- a) as igrejas são imunes; portanto, não devem pagar a taxa instituída pelo Município X;
- b) a taxa é inconstitucional, pois não é específica e divisível;
- c) a taxa é inconstitucional, uma vez que os Municípios não são competentes para a instituição de taxas de serviço público;
- d) a taxa acima é legal por decorrer do exercício do poder de polícia;
- e) a taxa é constitucional e as igrejas não são imunes.

20-(FGV XXV Exame de Ordem Unificado - Adaptada) Em 2015, o Município "X" estabeleceu, por meio da Lei n. 123, alíquotas progressivas do Imposto sobre propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), tendo em conta o valor do imóvel. Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta:

- a) a lei é inconstitucional, pois a Constituição da República admite alíquotas progressivas do IPTU apenas se destinadas a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana, o que não é a hipótese;
- b) a lei é inconstitucional, pois viola o Princípio da Isonomia;
- c) a lei está de acordo com a Constituição da República, e a fixação de alíquotas progressivas poderia até mesmo ser estabelecida por Decreto;
- d) sob pena de *bis in idem*, a progressividade em questão não poderia ser cumulada com aquela aplicada ao proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, para que promova seu adequado aproveitamento (art. 182, § 4º, CF);
- e) a lei está de acordo com a Constituição da República, que estabelece a possibilidade de o IPTU ser progressivo em razão do valor do imóvel.

* * *